

MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

ANO XXI - EDIÇÃO Nº244 – JULHO 2025

A história comprova que não é possível separar pretos e pardos



Por Fernanda Oliveira, Josemeire Alves Pereira, Benedito Emílio Ribeiro e Itan Cruz - Nas últimas semanas, reacendeu um debate nas redes sociais sobre tentativas de categorização de pessoas pardas à parte da categoria negro, que engloba pessoas pretas e pardas. Mas pretos e pardos não são polos opostos de uma arena de disputas por justiça e reparação. A categorização chamada de "parditude" contraria especificidades da experiência diaspórica negra e das relações raciais no Brasil, bem como enfraquece tanto as próprias pessoas pardas quanto as pessoas pretas na luta. A História está cheia de exemplos. Movimento negro não foi o único a unificar pretos e pardos. Ainda que algumas pessoas mal informadas reportem aos movimentos sociais negros, reorganizados nas décadas de 70 e 80 do século passado, a unificação das categorias preto e pardo, a História aponta outro sentido. Leia o artigo na íntegra. Fonte: UOL.

O polêmico projeto para criar do zero DNA humano artificial

Por Pallab Ghosh e Gwyndaf Hughes - Foi dada a largada em um projeto controverso para criar as bases da vida humana a partir do zero — no que acredita-se ser algo inédito no mundo. A pesquisa tem sido um tabu até agora devido a preocupações de que poderia levar a bebês projetados geneticamente ou a mudanças imprevistas para as gerações futuras. Mas agora a maior instituição beneficente da área de saúde do mundo, a Wellcome Trust, concedeu uma verba inicial de £10 milhões (cerca de R\$ 75,5 milhões) para iniciar o projeto, e afirma que ele tem potencial para fazer mais bem do que mal, acelerando tratamentos para muitas doenças incuráveis. Julian Sale, do Laboratório de Biologia Molecular, do Conselho de Pesquisa Médica

(MRC, na sigla em inglês), em Cambridge, no Reino Unido, que faz parte do projeto, disse à BBC News que a pesquisa é o próximo grande salto da biologia. "Estamos procurando usar essa abordagem para gerar células resistentes a doenças que podemos usar para 'repovoar' órgãos danificados, por exemplo, o fígado e o coração, até mesmo o sistema imunológico", ele explicou. Os detalhes do projeto foram fornecidos à BBC News no 25º aniversário da conclusão do Projeto Genoma Humano, que mapeou as moléculas do DNA humano, e também foi financiado em grande parte pela Wellcome. O Projeto Genoma Humano permitiu que os cientistas lessem todos os genes humanos como um código de barras. A nova pesquisa que está começando, chamada Projeto Genoma Humano Sintético, representa potencialmente um grande avanço — ela vai permitir que os pesquisadores não apenas leiam uma molécula de DNA, mas criem partes dela — talvez um dia, sua totalidade —, molécula por molécula a partir do zero. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: BBC News.

Movimentos sociais e injustiça tributária no Brasil

Por Monika Dowbor, Henrique Aragusuku e Frederico Salmi – Em 10 de abril de 2025, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo acolheu a reunião de movimentos sociais para o lançamento de uma campanha nacional pelo plebiscito popular. Duas demandas foram apresentadas: a taxa de bilionários e o fim da jornada de trabalho 6x1. A primeira demanda refere-se à questão tributária, que no Brasil é complexificada pelos termos de seu debate. Esse conflito distributivo é apresentado nos canais de comunicação como um tema altamente especializado e isso somente reforça as crenças de que “imposto é assunto para economistas” e de que “o brasileiro paga muito imposto”. As brasileiras e os brasileiros que, de fato, pagam muito têm classe e raça: os pobres, majoritariamente pretos e pardos, pagam pela alta taxa em tudo o que consomem. No final do dia, são eles que pagam proporcionalmente mais impostos, enquanto os mais ricos no Brasil são isentos de tributos, por exemplo, sobre seus lucros e dividendos distribuídos e suas grandes fortunas. Se aqueles que pagam mais impostos têm classe e raça, aqueles que pagam menos também: são de classe alta e brancos. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Cebrap.

Estado e extermínio

Por Edergênio Negreiros Vieira - A proposta deste ensaio é apresentar considerações preliminares sobre os conceitos de seletividade penal, violência de Estado e racismo. Em 2023, do total de 45.747 mil homicídios, 35.213 foram de pessoas pretas e pardas. A taxa de homicídio entre negros, ainda de acordo com o IPEA-FBSP (2025), é de 28,9 por 100 mil habitantes, superando a média nacional (23) e sendo significativamente maior que a taxa de homicídios de pessoas não negras, que foi de 10,6 no mesmo ano. Esses números expõem uma realidade alarmante que aponta para a atuação de uma sofisticada arquitetura estatal que opera na produção de corpos, especialmente corpos negros. O conceito de seletividade racial surgiu no contexto do sistema carcerário, oriundo de estudos da Criminologia crítica, um ramo de investigação que se contrapõe ao discurso da Criminologia positivista e aos estudos sobre racismo estrutural. Seu objetivo é confrontar a suposta neutralidade das leis e dos mecanismos de justiça. A partir de dados que indicavam uma super-representação de grupos raciais no sistema carcerário, os teóricos desse campo da Criminologia crítica passaram a analisar como o sistema penal agia para expressar os desejos das classes sociais dominantes. Assim, o sistema não operava como um instrumento neutro de controle do crime, mas sim como um espelho das relações de poder e desigualdade social no Brasil. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: A Terra é Redonda.

Abordagens policiais amparadas em critérios discriminatórios

Por Rhoana Lersch Oliveira e Pedro Ansel - Em todo o país, o critério de suspeição extraoficial que direciona o procedimento da abordagem policial é a intersecção entre raça, classe social e pertencimento territorial, a mesma lógica que vem impulsionando o aumento da mortalidade de jovens negros periféricos pelas mãos de agentes de segurança. O resultado desta dinâmica discriminatória vem sendo discutido em pesquisas como a do Núcleo de Estudos Raciais do Insuper, que após analisar dados de boletins de ocorrência concluiu que em situações similares de abordagens policiais em São Paulo, 31 mil negros foram enquadrados como traficantes e brancos tratados como usuários”. Este quadro vem se consolidando a despeito do que está disciplinado no artigo 244 do Código de Processo Penal. A lei prevê que a abordagem pode sujeitar qualquer pessoa, independente de gênero, local de moradia ou da identidade racial, desde que respeitado o principal requisito para a busca pessoal: a fundada suspeita. Todavia, a ampla margem de discricionariedade dos agentes policiais frente ao poder Judiciário acaba por conferir legalidade à utilização de um leque extenso de argumentos subjetivos para amparar as abordagens policiais racialmente discriminatórias. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Nexo.

Quando as “balas perdidas” só encontram uma cor

Por João Rafael G. de Souza Morais - Praticamente todos os dias, deparamo-nos com cenas que remontam à sociedade escravista mais longeva do Ocidente moderno, onde, sob o jugo do açoite, foram forçados a trabalhar dois terços de todas as pessoas sequestradas e traficadas da África para as Américas, número dez vezes maior que o do sul dos EUA, a outra grande nação com passado escravista no continente. Apesar desse traço histórico marcante, que persistiu por quase quatro dos cinco séculos de existência do Brasil desde a invasão portuguesa, a sociedade brasileira ainda reluta em abordar com a devida seriedade o problema do racismo estrutural – legado quase como uma “herança natural” desse passado – e que precisa ser enfrentado por meio de políticas públicas. Um negacionismo que remete às origens da República e não resiste à análise dos fatos. Um século e meio depois da Abolição, a realidade em qualquer cidade brasileira apresenta uma estrutura racista complexa. A ocupação desigual dos espaços já indica que as relações sociais estão determinadas por uma variável racial, com sérias consequências para a democracia e a justiça. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Le Monde Diplomatique Brasil.

O Plano Nacional de Educação da próxima década precisa ser antirracista

Um conjunto de diretrizes que pode ajudar a enfrentar o racismo nas escolas e em todas as instituições de ensino pelos próximos 10 anos. Este é o Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei 13.005/2014) que, em 2025, passa por uma revisão programada para acontecer a cada 10 anos. Por isso é hora de agir e pressionar o Congresso – que vai aprovar o conteúdo do plano – para que o PNE traga medidas que tenham públicos definidos nominalmente; metas mensuráveis e avaliáveis; prazos de implementação; e, principalmente, orçamento para a execução de cada uma de suas ações. Organizações negras como o Observatório da Branquitude, CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), o Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), o Odara, o Instituto Peregum, a Uneafro Brasil e Geledés, promoveram um amplo debate nacional sobre diretrizes antirracistas realizando um seminário e uma audiência pública com parlamentares, em Brasília – DF. Feita pela equipe de pesquisa do OdB, a nota técnica “Equidade para quem?” é destinada, em primeiro lugar, a parlamentares que atuam na pauta do Plano Nacional de Educação (PNE), a educadores e educadoras e a organizações da sociedade civil que têm feito incidência no tema com congressistas. Seu conteúdo faz uma leitura de contexto sobre o significado de equidade na educação brasileira e

elencas propostas e recomendações ao texto atual em tramitação no Congresso. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Observatório da Branquitude.

Lucrando com o genocídio

Por Chris Hedges - Relatório da ONU acusa multinacionais de lucrar com “Genocídio” em Gaza e pede responsabilização. O genocídio exige uma vasta rede e bilhões de dólares para se sustentar. Israel não poderia realizar o seu massacre em massa sem esse ecossistema. A guerra é um negócio. E o genocídio também. O último relatório apresentado por Francesca Albanese, relatora especial da ONU para os Territórios Palestinos Ocupados, lista 48 corporações e instituições que, em violação ao direito internacional, estão lucrando bilhões com a ocupação e o genocídio dos palestinos. O relatório descreve a "ocupação eterna de Israel" e a transformação de Gaza no maior campo de concentração da história, como "o campo de testes ideal para fabricantes de armas e o Vale do Silício. A tragédia dos palestinos em Gaza serve para o exército sionista de treinamento ilimitado e para testar tecnologias, armas e técnicas de vigilância que agora são usadas contra pessoas em todo o mundo, do Sul Global ao Norte Global". Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Brasil 247.

A revolta jamaicana foi um duro golpe no escravismo colonial britânico

Por Abigail Bakan | Tradução: Pedro Silva - Resenha do livro *Island on Fire: The Revolt That Ended Slavery in the British Empire* [Ilha em chamas: a revolta que acabou com a escravidão no Império Britânico], de Tom Zoellner (Harvard University Press, 2020). Em 1831, escravizados na Jamaica pegaram em armas contra a exploração assassina dos proprietários de plantações na ilha. Sua corajosa rebelião, no meio do caminho entre a Revolução Haitiana e a Guerra Civil estadunidense, foi um marco na luta pelo fim da escravidão. O livro “Island on Fire”, de Tom Zoellner, é uma contribuição importante para a nossa compreensão do que Saidiya Hartman descreveu como a “vida após a morte” da escravidão. Zoellner documenta em detalhes vívidos a violência e a desumanidade da escravidão institucionalizada na Jamaica durante a era das plantações. Mas ele também conta uma história de resistência irreprimível e auto-organização que gerou a rebelião de escravizados de 1831. Foi uma revolta em massa que se tornou um ponto de virada crucial no declínio de um sistema que sustentou os impérios europeus por séculos. Leia a [resenha na íntegra](#). Fonte: Jacobin Brasil.

EXPEDIENTE

MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

Boletim Eletrônico Nacional

Periodicidade: Mensal

EDITOR

Valdisio Fernandes

EQUIPE

Allan Oliveira, Ana Santos, Atilas Lopes, Ciro Fernandes, Davino Nascimento, Denilson Oliveira, Enoque Matos, Flávio Passos, Glauber Santos, Guilherme Silva, Graça Terra Nova, Jeane Andrade, Josy Andrade, Josy Azeviche, Leila Xavier, Lidia Matos, Luan Thambo, Lúcia Vasconcelos, Luciene Lacerda, Lucinea Gomes de Jesus, Luiz Fernandes, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Mônica Lins, Naira Silva, Patricia Jesus, Ronaldo Oliveira, Poliana Silva, Roselir Baptista, Silvanei Oliveira, Tamiris Rizzo.